

Alexandre Machado de Oliveira

A Proteção do
Mínimo Existencial
no Direito Tributário

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2018

Copyright © 2018 by Alexandre Machado de Oliveira

Categoria: Direito Financeiro e Tributário

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

OL48p

Oliveira, Alexandre Machado de.

A proteção do mínimo existencial no Direito tributário / Alexandre Machado de Oliveira. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2018.

228 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 195-212.

ISBN 978-85-519-0628-6

1131507

1. Direito tributário – Brasil. 2. Capacidade contributiva (Direito tributário).
3. Direitos fundamentais. 4. Princípio do mínimo existencial. I. Título.

CDD 343.8104

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Introdução	1
Capítulo I – Justiça Distributiva e o Mínimo Existencial	3
1.1. O Ideal da Justiça Distributiva	3
1.2. Princípio da Igualdade e da Capacidade Contributiva	8
1.3. Fundamentos do Princípio da Capacidade Contributiva	17
1.4. Capacidade Contributiva Objetiva e Subjetiva	20
1.5. Limites ao Princípio da Capacidade Contributiva	22
1.5.1. A vedação ao confisco tributário	25
1.5.2. O mínimo existencial	34
Capítulo II – O Mínimo Existencial no Ordenamento Jurídico Brasileiro e no Direito Comparado	49
2.1. Fundamentos do Mínimo Existencial Negativo na Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988	52
2.1.1. O Estado Social e Democrático de Direito	55
2.1.2. Princípio da dignidade da pessoa humana	57
2.1.3. Solidariedade	61
2.1.4. Igualdade	62
2.1.5. Liberdade	65
2.1.6. Erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais e regionais	68
2.1.7. Desenvolvimento da pessoa humana	71
2.1.8. Princípio da capacidade contributiva	73
2.2. Parâmetro do Mínimo Existencial	76
2.3. O Mínimo Existencial Negativo no Direito Comparado	82

2.3.1. Alemanha	83
2.3.2. Argentina	87
2.3.3. Colômbia	90
2.3.4. Espanha	96
2.3.5. Itália	100
2.3.6. Moçambique.....	109
2.3.7. Peru.....	111
2.3.8. Portugal	113
2.3.9. Suíça	118
2.3.10. Uruguai	120
Capítulo III – A Intributabilidade do Mínimo Existencial: Por uma Política Tributária mais Justa.....	125
3.1. Mínimo Existencial e Tributação sobre a Renda	126
3.2. Mínimo Existencial e Tributação sobre Consumo, Produção e Serviços.....	145
3.3. Mínimo Existencial e Tributação sobre Patrimônio	161
3.4. Discricionariedade Legislativa e Controle Jurisdicional	178
Conclusão.....	183
Referências	195